



## DECISÃO SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Sul de Minas, no uso de suas atribuições, com base no art. 4º, inciso VII da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, de acordo com o art. 51, seu §1º, inciso I, do Decreto nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019, comunica que o pedido de licença ambiental analisado no âmbito do processo administrativo indicado a seguir foi INDEFERIDO.

Denominação da Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : AREIAS PORTO VELHO LTDA  
CNPJ/CPF : 26.086.710/0001-70  
Denominação do empreendimento para fins do licenciamento : AREIAS PORTO VELHO LTDA.-ME  
Endereço da Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : Área Rural número/km S/N Bairro Área Rural de Passos Cep 37904-899 Passos - MG  
Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:  
Passos (LAT) -20.6601, (LONG) -46.5024  
Fator locacional resultante : 0  
Classe predominante resultante : 2  
Modalidade de licenciamento : LAS CADASTRO  
Processo Administrativo Licenciamento : 3902/2020

### Motivo da decisão:

A empresa deverá indicar sobre imagem aérea a ocupação a ser realizada às margens do reservatório, indicando os limites da APP vigente, bem como o acesso às áreas onde haverá intervenção (entende-se como intervenção qualquer uso das áreas para apoio à atividade), que obrigatoriamente passa pela APP do reservatório, e independe do uso consolidado da área, uma vez que será usada para uma nova atividade. Esse uso deve ser regulado pelo DAIA.

Documento emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018.

Varginha, 21/09/2020.

Documento assinado eletronicamente por LUDMILA LADEIRA ALVES DE BRITO, Superintendente, em 21/09/2020 15:03 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Os interessados podem interpor recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, com fundamento no art. 40 e seguintes do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018.